

5

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA
SESSÃO REALIZADA NO DIA 21 DE DEZEMBRO DE 2021

ATA NÚMERO QUATRO

10 Aos vinte e um dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, pelas vinte e uma horas e quinze minutos, teve lugar a 2ª Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, iniciada em seis de dezembro de 2021 a qual decorreu no Auditório Manuel Menezes de Figueiredo, Rua General Torres nº 1141, presidida por Albino Pinto de Almeida. Constituíram ainda a Mesa o 1º Secretário, José Manuel de Almeida Couto, e a 2ª Secretária, Maria Fernanda da Rocha Almeida de Morais e Sousa. -----

15 Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes deputados municipais: Agostinho Manuel Moreira de Sousa Santos, Alcino de Sousa Lopes, Ana Luísa Ferreira, Andreia Teixeira, Arménio José Pereira da Costa, Carlos Alberto Gonçalves Pinto, Carlos Alberto Pinto Ribeiro, Carlos José Pinto Vergueiro, Cipriano Manuel Rodrigues Fonseca de Castro, Dália Miranda Eira, Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo, Filinto Virgílio dos Ramos Lima, Filipe da Silva Lopes, João Morais de Sousa, João Paulo Moreira Correia, João Paulo Rebelo da Silva, Joaquim António Dias Tavares, Joaquim César Ramos Rodrigues, Joaquim Sousa Rocha, 20 Manuel Joaquim dos Santos Azevedo, Manuel Paulo de Jesus Lopes, Maria Adelina Gomes Guedes Pereira, Maria de Fátima Alves Menezes Figueiredo, Natália Maria Soares Gonçalves, Ricardo Miguel da Costa Almeida, Rui Pedro Fernandes Teixeira, Serafim Silva Teixeira, Tiago Filipe da Costa Braga, Vítor da Silva Pereira Canastro, Carla Maria Rodrigues Costa, Paulo José Melo Martins, Ivone Maria Oliveira de Sá Santos, 25 Joaquim Moreira Barbosa, José Fernando Santos Almeida, Paulo José Melo Martins, Jorge Miguel Félix Pinto Espanhol João Emanuel de Gouveia Martins, Luísa Maria Porto Ferreira da Silva, André Araújo Ferreira, Paula Albertina Oliveira Ferreira Baptista, Pedro Jorge Ribeiro de Castro Teixeira, Jorge Manuel dos Santos Pereira e Rui de Brito e Cunha Leite de Castro.-----

30 Faltaram os seguintes deputados municipais: Mónica Alexandra da Silva Almeida, que justificou a falta, sendo substituída pelo elemento disponível, Carla Isabel Argueles Cáceres, Luís Miguel Pereira Alves Nogueira, que justificou a falta, sendo substituído pelo elemento disponível, Ana Sofia Moreira da Silva Tavares.-----

35 Pelo Executivo Camarário, estiveram presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor de Almeida Rodrigues, o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Patrocínio Miguel Vieira de Azevedo e os Senhores Vereadores: Marina Raquel Lopes Mendes, José Guilherme Saraiva Oliveira Aguiar, Dário Soares

5 Freitas da Silva, Paula Cristina Martins Carvalhal, José Valentim Pinto Miranda, Elísio Ferreira Pinto, Célia Correia e Rui Manuel Alves da Rocha Pereira. -----

Esteve ausente o senhor Vereador José Joaquim Cancela Moura. -----

10 **O Senhor Presidente da Mesa**, referiu ter dado entrada um voto de Pesar do Grupo Municipal do PS, dando a palavra ao líder Municipal do PS, para a sua leitura. -----

Senhor Deputado João Paulo Silva (PS) apresentou um **Voto de Pesar**, pelo falecimento do Senhor António Alves de Almeida, pai da Senhora Deputada Mónica Almeida, conforme documento em anexo (Vide anexo nº1). -----

15 **O senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação o Voto de Pesar**, apresentado pelo Grupo Municipal do PS, “Pelo falecimento do Senhor António Alves de Almeida, pai da Senhora Deputada Mónica Almeida”.-----

Votação: Aprovado por Unanimidade. -----

20 **Ponto 4.16. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto ao Orçamento e Opções do Plano para 2022, nos termos da alínea c), do n.º 1, do art.º 33.º e do n.º 2 do art.º 27.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro”.**-----

25 **Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues**, começou por dizer que se trata do melhor Plano e Orçamento deste ciclo autárquico, correndo o risco de parecer repetitivo dizê-lo, mas decorre do trajeto que tem vindo a ser feito para chegar, hoje, ao momento em que contamos com o maior Plano em termos financeiros, tendo em conta o nível de execução. Trata-se de um Plano que consubstancia uma receita e uma despesa previsional de 240 milhões de euros, passando a elucidar o ponto em apreço aos senhores deputados.-----

30 **Senhor Deputado André Araújo (CDU)** teceu diversos comentários relativamente ao ponto em discussão, em particular no que concerne à transferência de competências, à descentralização e mobilidade, conforme documento em anexo (Vide anexo nº 2).-----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues, começou por dizer que a intervenção acabada de fazer assentou numa abordagem genérica, tendo passado a elucidar aquilo que parece ser

5 alguma lacuna de informação, seguramente por responsabilidade da Câmara Municipal, incluindo a posição do município quanto ao processo da Descentralização. -----

Senhor Deputado Pedro Ribeiro (PAN) na sua intervenção teceu comentários relativos ao Plano e Orçamento para 2022 e, tendo em conta aquilo com que o PAN se revê deixam um voto de confiança ao executivo acompanhado o presente Orçamento, conforme documento em anexo (Vide anexo nº3).-----

10 **Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues**, no uso da palavra, passou a tecer os devidos esclarecimentos, para que não fiquem equívocos, sobretudo no que diz respeito a contas, que são muito claras. Referiu, que No Plano e Orçamento há um impacto de 12 milhões de euros do processo de descentralização, já enunciado anteriormente, esse impacto é o saldo zero entre os 12 milhões que se estima receber e os 12 milhões que serão gastos no cumprimento integral do Fundo de Financiamento para a descentralização. No entanto, quando assumiu haver um processo deficitário de cerca de 12,5 milhões, esse
15 processo deficitário está inscrito no orçamento em cerca de 6 milhões, metade do que se considera ser esse impacto, para os 9 meses de 2022, o que significa que terá o dobro da despesa com o processo da descentralização, comparativamente com a receita. Tecnicamente, temos 12 milhões de receita, 12 milhões de impacto negativo, 24 milhões de despesa e 12 milhões de receita. Deixou ainda esclarecimentos adicionais
20 e exaustivos ao ponto em discussão. -----

Senhora Deputada Luísa Silva (BE) teceu considerações ao Plano e Orçamento para 2022, reconhecendo tratar-se de um documento bem estruturado e que se justifica a opção de aumento da despesa prevista. Na especialidade dos eixos de intervenção, a apreciação do BE identifica problemas crónicos e que passou a enunciar em 8 pontos, conforme documento em anexo (Vide anexo nº4). -----

25 **Senhor Presidente da Câmara Municipal, senhor Presidente, Eduardo Vítor Rodrigues**, referiu esperar que da sua resposta decorra uma adaptação das dúvidas e das objeções iniciais e permita consensualizar este documento que é tão importante. Disse haver uma objeção de princípio, dado que a senhora deputada começou e terminou basicamente com a mesma palavra “direção”. Mencionou não ter uma visão dirigista e passou a prestar os devidos esclarecimentos à senhora deputada. -----

30 **Senhor Presidente da União de Freguesias Pedroso e Seixezelo, Filipe Lopes**, passou a tecer comentários relativamente ao Orçamento e Opções do Plano para 2022, evidenciando, entre outros, o apoio uniforme dado a cada freguesia, razões pelas quais o Grupo Municipal de Presidentes de Junta de Freguesia iria votar favoravelmente, conforme documento em anexo (Vide anexo nº5). -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues, agradeceu a reflexão e reforçou o
35 compromisso. Disse que, em Vila Nova de Gaia, o Poder autárquico está assente em duas componentes fundamentais, a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, e que em oito anos pode dizer-se que as Juntas

5 de Freguesia têm sido verdadeiros parceiros da Câmara Municipal em todo este processo. Deixou os devidos esclarecimentos. -----

Senhor Deputado Jorge Pereira (CH) apresentou a análise do Chega, relativamente à Proposta de Orçamentos e Opções do Plano para 2022, conforme documento em anexo (Vide anexo nº6).-----

10 **Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues**, disse sucintamente ao senhor deputado já ter ficado claro que o aumento da despesa e da receita prevista nada tem a ver com o PIB ou com o seu crescimento. Deixou ainda alguns esclarecimentos adicionais. -----

15 **Senhora Deputada Ivone Santos (PSD)** referiu que em linha com os Orçamentos apresentados em mandatos anteriores, o presente Orçamento privilegia a despesa corrente em detrimento de despesa de capital, sendo esta última, em entender do PSD, a que, desde que criteriosamente e estrategicamente definida, permite
20 criar valor para as gerações vindouras e para o desenvolvimento estrutural do Concelho. Esta situação gera ainda mais apreensão quando se constata que a despesa corrente que mais cresceu foi as despesas com pessoal (+15,7M€ que em 2021, ou seja, +37%), a qual se trata de uma despesa “rígida” e que, em caso de retração da economia, poderá gerar pressões financeiras nas contas do Município. Do lado das receitas o PSD salienta o forte peso dos impostos cobrados pela autarquia. Como já tem vindo a referir ao longo do anterior
25 mandato, o PSD considera que os gaienses se encontram demasiado onerados pela carga fiscal e discriminados negativamente em relação aos portugueses de outros Municípios do país, situação que o PSD considera não haver razão para continuar a persistir. Neste sentido, o PSD, mais uma vez, defende a descida dos impostos, bem como uma maior devolução da participação variável do IRS aos gaienses. No que respeita ao IMI, no distrito do Porto apenas dois Municípios (a Trofa e Valongo) cobram uma taxa de IMI superior à
30 cobrada em Gaia. Referiu ainda que, embora o orçamento apresentado cumpra a regra do Equilíbrio Orçamental, não se pode deixar de manifestar preocupação com a diminuição da margem apurada de 5,9 milhões de euros em 2021 para 569 mil euros em 2022 (a margem diminuiu 90% em 2022 face a 2021). No que respeita, quer às receitas, quer às despesas, é de todo impossível saber, com a informação disponível, se as verbas respeitantes às transferências de competências inscritas no orçamento se encontram subavaliadas ou sobreavaliadas, tendo em conta, por exemplo, o estado de conservação dos edifícios ou os funcionários que poderão estar incluídos nos autos de transferência. O Município regista uma carência de habitação. No âmbito das políticas assistenciais do Município deverá constituir uma prioridade a resposta social para a terceira idade, em crescente condição de fragilidade e vulnerabilidade, matéria em que a presente proposta de orçamento é omissa. Como resposta aos problemas sociais relacionados com a
35 habitação e terceira idade o PSD sugeriu o desenvolvimento de projectos de cohousing, promovendo assim o espírito de entajuda entre os residentes, bem como o convívio inter-geracional. Face ao exposto, disse que o grupo Municipal do PSD iria votar contra o Orçamento e Opções do Plano para 2022, conforme documento em anexo (Vide anexo nº 7). -----

5 **Senhor Presidente da Câmara Municipal, senhor Presidente, Eduardo Vítor Rodrigues**, disse que, correndo o risco de ser repetitivo, reiterava não haver nenhum aumento de 22% da despesa de pessoal, sendo que o aumento de 15,7 milhões de euros é exclusivamente imputado à descentralização. Passou a prestar esclarecimentos adicionais à senhora deputada que, em seu entender, fez um discurso em tudo igual ao senhor Vereador do PSD na reunião de Câmara Municipal, repetindo os mesmos erros. Disse, ainda, que no

10 Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, que saiu há pouco tempo, Vila Nova de Gaia aparece no quadro R7 como o primeiro Concelho do País com maior diminuição da coleta do IMI em 2020, entre muitos outros fatores. Portanto, podiam usar-se todos os argumentos, mas sem o crivo da seriedade a intervenção feita resulta em pura demagogia. Deixou ainda diversos esclarecimentos à senhora Deputada. -----

Senhora Deputada Ivone Santos (PSD) disse que, quanto aos números serem falsos, deveria haver honestidade intelectual, sendo que só reproduziu os números que constam do orçamento e que o senhor

15 Presidente também os referiu. Disse que no Anuário Financeiro também se refere que Vila Nova de Gaia está entre os 10 municípios que cobram mais impostos. De facto, não se está a falar das Contas, está-se a falar do Orçamento, os Orçamentos são uma consequência do resultado dos exercícios anteriores. Precisamente porque o Município regista um expressivo EBITDA ("Earnings before interest, taxes, depreciation and

20 amortization" - "lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização"), que é um indicador de capacidade de libertação de meios, o PSD considera que o Município tem capacidade para acomodar uma descida de impostos em favor dos gaienses. -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues, respondeu à senhora Deputada dizendo não ser pago para dar aulas, atividade que já exerceu e a que voltará, e que sobretudo não é pago para dar

25 aulas a alunos impreparados, quando diz, se bem entendeu, que o resultado que é apresentado no Orçamento decorre do exercício anterior. -----

Senhora Deputada Ivone Santos (PSD), retomando a palavra, disse que precisamente porque a Câmara Municipal tem um EBITDA confortável que resultou do ano anterior, obviamente fica com liquidez, por isso

30 agora pode repercutir isso. Obviamente que o Orçamento não se faz só do resultado do exercício anterior, faz-se de todas as receitas. Se tem liquidez também tem margem para reduzir impostos. -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues, disse à senhora deputada ter percebido mal a questão, pedindo desculpa, dado que aquilo que a interveniente acabara de dizer era duplamente

35 grave e só tinha percebido uma parte da intervenção. Quando a senhora Deputada disse que EBITDA é confortável porque tem a incorporação da liquidez do ano anterior, ignora intencionalmente ou por ignorância pura que o saldo anterior só é incorporado no município depois de aprovado o Relatório e Contas e depois de fechadas as contas. -----

5 **Senhora Deputada Ivone Santos (PSD)** deixou apenas mais uma nota, sublinhando que o anuário dizia respeito às Contas de 2020, não às contas de 2021.-----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues, disse à senhora deputada que mesmo tendo-lhe respondendo sistematicamente de forma assertiva, neste momento a alternativa que era ignorar o que a senhora deputada acabou de dizer e passar à frente, não respondendo, mas isso é asfíxiante da
10 democracia. Apenas lhe respondeu para que não ficasse com a ideia de que a desprezou, passando a elucidar novamente a senhora Deputada.-----

Senhor Deputado Rui Leite de Castro (IL) teceu diversos comentários ao Orçamento e Opções do Plano, referindo, entre outros aspetos, o tempo útil que tiveram para uma análise profunda às cerca de 800 folhas entregues, dizendo que deveria haver um resumo inicial da estratégia global da Câmara Municipal nos vários
15 eixos apresentados, conforme documento em anexo (Vide anexo nº8).-----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues, começou por dizer que se tratou basicamente de uma declaração política, não se sentindo interpelado, saudando, pois, a presença da IL nesta Assembleia, pela primeira vez a discutir o Plano. Deu nota do respeito que tem pelo trabalho dos deputados, referindo que houve seis dias para apreciar este documento, sendo que a Lei confere o envio dos documentos
20 até dois dias antes. Gostava que o senhor deputado sublinhasse que só tiveram seis dias para analisar o documento, mas teria sido justo dizer que o município antecipou em quatro dias o envio dos documentos aos senhores deputados. Relativamente ao endividamento, esclareceu não terem uma estratégia para a sua diminuição. É possível até que haja aumento do endividamento, que não se combate para chegar a endividamento zero, é um instrumento de gestão, desde que seja um endividamento equilibrado, deixou
25 ainda alguns esclarecimentos.-----

Senhor Deputado João Paulo Silva (PS), na sua intervenção, focou vários assuntos, entre os quais o facto de as contas municipais estarem no verde e a prioridade na Educação e transportes, conforme documento em anexo (Vide anexo nº9).-----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues, começou por agradecer as palavras do
30 senhor deputado e a importância que o senhor deputado deu à temática dos financiamentos externos, evidenciando dados que são ao mesmo tempo relevantes naquilo que pode ser a apreciação dos senhores deputados sobre o comportamento do município para o ano de 2022 e até para o ano de 2023, tendo em conta a utilização dos Fundos Comunitários, conforme referido pelo senhor deputado. Mais do que isso, porque usá-los é uma obrigação que os usemos bem, talvez mais importante que saber usá-los é conseguir
35 obtê-los. Deixou os devidos esclarecimentos relativamente a esta temática.-----

O Senhor Presidente da Mesa deu conta de que passaram as três horas legais e que haveria agora a, apenas mais uma hora, conforme acordado em Reunião de Líderes. Passou a enunciar os tempos de cada Grupo

5 Municipal para que consigam ter a noção dos tempos disponíveis até às 01.15h, hora regimental do termino da Reunião. Neste quadro, havia ainda vários pontos a votação, referindo que quem tem tempo possa, caso o pretenda, fazer intervenção sobre qualquer dos pontos.-----

Senhora Deputada Paula Baptista (CDU) referiu que, âmbito da discussão em curso, havia um conjunto de linhas e projetos com os quais a CDU sempre concordou e esteve ao lado da Câmara Municipal, reafirmando que, no que diz respeito às obras públicas, continuam a considerar que não deveria ser a autarquia a gastar dinheiro, mas aprovam, pois consideram que são fundamentais para o desenvolvimento do município, e este executivo tem dado mostras de que é possível fazer obras e pagar. Deixou ainda algumas considerações e, para terminar disse que a CDU não tem que estar de acordo em tudo e haver questões de fundo políticas que tem defendido e é a posição da CDU.-----

15 **Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues,** prestou os devidos esclarecimentos à senhora deputada, focando as questões relativamente às AEC's, IPSS's e a forma como, em pandemia, trouxe a maior valorização dos serviços públicos aos olhos dos cidadãos. Referiu não fazer jogadas de pirataria linguística, na Área Metropolitana, sendo verdade que o que o estudo do INE demonstra tem que ver com o fator LIPOR, não estamos a ser comparados com a SUMA, o fornecedor de serviços é a capacidade que a LIPOR tem, que é um sistema intermunicipal ao qual o nosso município não aderiu, erradamente, deveria ter aderido e hoje estaríamos ao nível do município da Maia ou de Matosinhos.-----

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.16.-----

25 **Votação: Aprovado por Maioria, com 35 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS e 01 do PAN), 09 votos contra (05 do PSD, 02 da CDU, 01 do IL e 01 do CH) e 04 abstenções (02 do BE e 02 do CDS).**-----

Senhor Presidente da Assembleia lembrou que, de acordo com o acordado na conferência de líderes, os pontos 4.17 a 4.20 seriam discutidos em conjunto, embora votados em separado.-----

Ponto 4.17. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à Fixação das Taxas de Derrama para o Ano 2022”.-----

Ponto 4.18. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à Fixação da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (I.M.I.), para o Ano 2022”.-----

5 **Ponto 4.19. da Ordem de Trabalhos** “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à Participação Variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (I.R.S.), para o Ano 2022”. -

Ponto 4.20. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (T.M.D.P.), para o Ano 2022”. -----

10 **Senhor Deputado Paulo Martins (PSD)** na sua intervenção, teceu diversas considerações relativamente aos pontos em discussão, informando que o PSD iria votar contra a Derrama, IMI e devolução da Participação Variável no IRS, e favoravelmente a TMDP, conforme documento em anexo (Vide anexo nº10).-----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues, disse que não tinha muito a acrescentar relativamente à intervenção acabada de efetuar, que não diria que agora era um PSD novo que, quando esteve 16 anos à frente do município, nunca baixou nenhum imposto e agora quer baixar tudo. Referiu, apenas que a redução da Derrama não é de 1% é de 20% é uma questão de fazerem contas.-----

15 **Senhor Deputado Carlos Vergueiro (PS)** na sua intervenção fez uma reflexão sobre os pontos em discussão, tendo, a terminar, referido que cientes do rumo e da ambição para Vila Nova de Gaia e para os Gaienses, por parte deste executivo municipal, o PS iria votar favoravelmente as propostas apresentadas, conforme documento em anexo (Vide anexo nº11).-----

20 **Senhor Deputado Paulo Martins (PSD)** questionou o senhor Deputado Carlos Vergueiro sobre quantas vezes, nos últimos 4 anos, havia sido votada favoravelmente a isenção de pagamentos de algumas taxas a empresas, de forma discricionária. Se não souber qual era o valor, responder-lhe-ia que era assim que o PSD iria buscar uma parte do que sugeriram. A terminar, disse já ter aqui referido que no mandato de 2001/2004, altura em que o PSD liderava a autarquia com maioria e onde estava incluído, pela primeira vez veio a Taxa de Rampa de Garagem, e foi retirada da discussão, pois consideravam que essa taxa não fazia sentido e era injusta. Ao contrário, outros que hoje fazem parte da Vereação votaram a favor e queriam vir com o documento à Assembleia Municipal.-----

25 **Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues,** elucidou o senhor deputado Paulo Martins, o que disse sobre as isenções é demagogia de extrema-direita, o PSD passou 16 anos a fazer todo um conjunto de políticas de isenções às empresas com a “ladainha” de que era para atrair atividade económica isentaram na íntegra todas as taxas sem exceção do El Corte Inglés, isentaram taxas de concessões como o da Marina. O que hoje se está a fazer é, em contraciclo, apanhar investimento que está documentado em jornais como o Expresso, que traz para Vila Nova de Gaia mais investimento do que está a ir para o Porto. 30 Disse que estas isenções servem para atrair investimento e aumentar o IRS, o IMI, o rendimento das famílias e aumentar o emprego. Desafia o senhor deputado a que diga quais as isenções que votaria contra. A 35

5 terminar, e relativamente à Taxa das Rampas, retiraram o ponto porque na altura o que aconteceu foi uma
emanação popular, que foi 1ª página da “Voz de Gaia” e com medo retiraram o ponto. -----

Senhor Deputado Joaquim Barbosa (PSD) disse que, quanto a “ladainha”, populismo atroz, medo, hipocrisia,
demagogia, etc., o senhor Presidente já estivera do lado da oposição e o PSD no governo da autarquia. Parece
que tudo o que foi feito no passado foi errado e o que está a ser feito agora está a ser feito bem. Disse parecer
10 que o PSD não tem direito a ter opinião, efetivamente parece estar numa Assembleia antes dos anos 70.
Disse, ainda, que nos 16 anos de executivo PSD nem tudo foi mau, dado que, neste momento, existiam na
Vereação elementos que integraram o PSD. O que puseram em questão foi que dado as contas estarem no
verde, pretendem efetivamente saber se é ou não possível haver redução das taxas conforme o proposto
pelo PSD. -----

15 **Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues,** disse ao senhor deputado que não
aceitará e combaterá politicamente nesta Assembleia qualquer tentativa de desacreditar os seus vereadores,
que estão cá há oito anos, a trabalhar ativamente, não faz saídas de vice-presidentes e não transforma
vereadores em vedetas; se estão aqui é porque se desiludiram com o PSD e iludiram-se com o PS, já vão oito
anos, pelo que não é uma ilusão qualquer. A terminar, disse que o PSD desvirtuou completamente o que era
20 a Social Democracia e transformou-se num partido de Direita Radical e hoje continuam a sê-lo. Disse ainda
que, nessa altura, o PSD não combatia ideias, combatia pessoas, ostracizaram e perseguiram pessoas, e o
que fizeram no passado enquanto poder tentam fazer hoje enquanto oposição. -----

Senhor Deputado Joaquim Barbosa (PSD) disse que o senhor Presidente gosta de “virar a caça contra o
caçador” esperando que se calem, mas não é o seu caso. Ao anunciar determinadas palavras, foram as do
25 senhor Presidente que, se não gosta de as ouvir, não as deveria ter proferido. Sublinhou querer deixar bem
claro que os vereadores a que se referiu e que estão aqui, são pessoas sobre as quais, pessoalmente, não
tinha nada a dizer e que são suas amigas. -----

O Senhor Presidente da mesa solicitou calma aos senhores deputados, alertando para o facto de, neste
momento, já se estar fora da hora da reunião, segundo o art. 29 do Regimento, pelo que tudo daqui para a
30 frente até poderia ser impugnado, pelo que a reunião deveria terminar. -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues, esclareceu que havia regras a cumprir e
que o dia 31 de dezembro era a *deadline* para a entrega dos Impostos, sendo que o município ainda necessita
de uma semana para tratar a informação. Estamos aqui a fazer o jogo do PSD de achincalhamento de pessoas,
estes pontos têm de ser votados hoje, custe o que custar. -----

35 **O Senhor Presidente da mesa** alertou os senhores deputados que era preciso o compromisso de honra de
todos para que as votações que se vão seguir não serão impugnadas. -----

5

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.17. -----

10 Votação: Aprovado por Maioria, com 34 votos a favor (19 do PS e 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS), 08 votos contra (05 do PSD, 01 do PAN, 01 do IL e 01 do CH) e 06 abstenções (02 do BE, 02 da CDU e 02 do CDS).-----

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.18. -----

15 Votação: Aprovado por Maioria, com 35 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS e 01 do PAN), 09 votos contra (05 do PSD, 02 do CDS, 01 do IL e 01 do CH) e 04 abstenções (02 do BE e 02 da CDU).-----

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.19. -----

20 Votação: Aprovado por Maioria, com 35 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS e 01 do PAN), 11 votos contra (05 do PSD, 02 da CDU, 02 do CDS, 01 do IL e 01 do CH) e 02 abstenções do BE.-----

25 Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.20. -----

Votação: Aprovado por Maioria, com 45 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 02 do BE, 02 do CDS, 01 do IL e 01 do CH), 02 votos contra da CDU e 01 abstenção do PAN. -----

30 Ponto 4.21. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto ao Mapa de Pessoal para o Ano 2022”. -----

Senhor Deputado Fernando Almeida (PSD) referiu que o Grupo Municipal do PSD veio para esta Assembleia imbuído no espírito de maior civismo possível num âmbito de boa comunicação e paz. Relativamente a este

5 ponto em discussão, informou que o PSD iria abster-se, deixando os devidos esclarecimentos, conforme documento em anexo (Vide anexo nº12).-----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues, disse ao senhor Deputado que os problemas da bancada do PSD deve resolvê-los dentro da bancada, aquilo que é uma tentativa de achincalhamento de oposição de “vota abaixo”. Registava o ponto de vista do PSD e o seu sentido de voto,
10 tendo deixado alguns esclarecimentos quanto à configuração do Mapa de Pessoal. A terminar, referiu que este Mapa de Pessoal é melhor documento do Plano e Orçamento de sempre, com mais informação, detalhe e todas as informações devidas, muito diferente dos dezasseis apresentados pelo PSD.-----

Senhor Deputado Fernando Almeida (PSD) disse que se estivesse no lugar do senhor Presidente agradecia alguns reparos que permitissem melhorar o que se faz. Não discutia se este é o melhor ou não. Contudo,
15 consultando Mapas de Pessoal de outras autarquias conclui que, de facto, este podia ser melhorado.-----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues disse que esta Assembleia é uma Assembleia onde os assuntos são discutidos com intensidade e tem que ser discutidos com intensidade. Para os senhores Deputados estes são documentos que demoraram seis dias a estudar, para o executivo é o currículo e o rosto e, no debate político, não pode chegar-se ao ponto de transformar o convite à melhoria
20 dos documentos numa desqualificação de quem os faz. -----

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.21. -----

Votação: Aprovado por Maioria, com 41 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do BE, 02 da CDU, 02 do CDS e 01 do PAN) e 07 abstenções (05 do PSD, 01 do IL e 01 do CH). -----

Ponto 4.22. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à aprovação do Pedido de Renovação de Isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) por mais 5 anos – 2267/20 – Cert. Freguesia de S. Félix da Marinha, solicitado por Rui Vaz das Neves Macedo Ribeiro”. -----

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.22. -----

Votação: Aprovado Unanimidade.-----

5 **Ponto 4.23. da Ordem de Trabalhos** “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à autorização da reprogramação dos encargos plurianuais, relativos à Empreitada de Reformulação da Rede Viária e Pedonal da Estrada da Rainha, Rua das Pedrinhas Brancas e da Rua Caminho do Senhor, nas Freguesias de Arcozelo e Serzedo, em cumprimento do art.º 22.º do DL nº 197/99, de 08 de junho, reprimado pela Resolução da AR 86/2011, de 11 de abril, do seguinte modo: -----

10 •Ano de 2022: € 600.666,68 (seiscentos mil, seiscentos e sessenta e seis euros e sessenta e oito cêntimos (IVA incluído); -----

•Ano de 2023: € 2.402.666,64 (dois milhões, quatrocentos e dois mil, seiscentos e sessenta e seis euros e sessenta e quatro cêntimos (IVA incluído); -----

15 •Ano de 2024: € 600.666,68 (seiscentos mil, seiscentos e sessenta e seis euros e sessenta e oito cêntimos (IVA incluído)”, -----

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.23. -----

20 Votação: Aprovado por Maioria, com 47 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 02 do BE, 02 da CDU, 02 do CDS, 01 do PAN e 01 do CH) e 01 abstenção do IL.-----

25 **Ponto 4.24. da Ordem de Trabalhos a)**“Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à autorização da reprogramação dos encargos plurianuais, relativos ao Concurso Público para Contratação da Empreitada do “Projeto de Regeneração da antiga Fábrica de Madeiras da Feiteira, em cumprimento do art.º 22.º do DL nº 197/99, de 08 de junho, reprimado pela Resolução da AR 86/2011, de 11 de abril, do seguinte modo: -----

30 •Ano de 2022: € 1.260.934,68 (um milhão, duzentos e sessenta mil, novecentos e trinta e quatro euros e sessenta e oito cêntimos (IVA incluído); -----

•Ano de 2023: € 2.521.869,34 (dois milhões, quinhentos e vinte e um mil, oitocentos e sessenta e nove euros e trinta e quatro cêntimos (IVA incluído)”. -----

5 **Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.24.**-----

Votação: Aprovado por Maioria, com 46 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 02 do BE, 02 da CDU, 02 do CDS e 01 do PAN) e 02 abstenções (01 do IL e 01 do CH).-----

10

Ponto 4.25. da Ordem de Trabalhos a)“Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à autorização dos encargos plurianuais, relativos à Dotação de Ligações Mecânicas no Centro Histórico/Ligações Mecânicas Castelo de Gaia (ligações A, B, C e D), em cumprimento do art.º 22.º do DL nº 197/99, de 08 de junho, repristinado pela Resolução da AR 86/2011, de 11 de abril, do seguinte modo:

15

•Ano de 2022: € 847.465,61 (oitocentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e sessenta e cinco euros e sessenta e um cêntimos (IVA incluído); -----

20

Ano de 2023: € 1.694.931,20 (um milhão, seiscentos e noventa e quatro mil, novecentos e trinta e um euros e vinte cêntimos (IVA incluído))”.-----

25

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.25.-----

Votação: Aprovado por Maioria, com 47 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 02 do BE, 02 da CDU, 02 do CDS, 01 do PAN e 01 do CH) e 01 abstenção do IL.-----

30

Ponto 4.26. da Ordem de Trabalhos a)ponto 4.26. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à autorização da reprogramação dos encargos plurianuais, relativos à Empreitada de reformulação do Nó de Santo Ovídeo, em cumprimento do art.º 22-º do DL nº 197/99, de 08 de junho, repristinado pela Resolução da AR 86/2011, de 11 de abril, do seguinte modo: -----

5 •Ano de 2022: € 469.495,80 (quatrocentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e noventa e cinco euros e oitenta cêntimos (IVA incluído); -----

•Ano de 2023: € 1.877.983,16 (um milhão, oitocentos e setenta e sete mil, novecentos e oitenta e três euros e dezasseis cêntimos (IVA incluído)”.-----

10 Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.26. -----

Votação: Aprovado por Maioria, com 46 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 02 do BE, 02 da CDU, 02 do CDS e 01 do PAN) e 02 abstenções (01 do IL e 01 do CH).-----

15

Ponto 4.27. da Ordem de Trabalhos a)“Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à autorização da reprogramação dos encargos plurianuais, relativos à Empreitada Pavilhão Municipal de Santa Marinha, em cumprimento do art.º 22.º do DL nº 197/99, de 08 de junho, ripristinado pela Resolução da AR 86/2011, de 11 de abril, do seguinte modo: -----

20 •Ano de 2022: € 1.793.599.96 (um milhão, setecentos e noventa e três mil, quinhentos e noventa e nove euros e noventa e seis cêntimos (IVA incluído); -----

•Ano de 2023: € 929.575,23 (novecentos e vinte e nove mil, quinhentos e setenta e cinco euros e vinte e três cêntimos (IVA incluído)”,-----

25 Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.27. -----

Votação: Aprovado por Maioria, com 46 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 02 do BE, 02 da CDU, 02 do CDS e 01 do PAN) e 02 abstenções (01 do IL e 01 do CH).-----

30 Ponto 4.28. da Ordem de Trabalhos a)“Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à autorização da reprogramação dos encargos plurianuais, relativos à Empreitada Pavilhão Municipal de Vilar do Paraíso, em cumprimento do art.º 22.º do DL nº 197/99, de 08 de junho, ripristinado pela Resolução da AR 86/2011, de 11 de abril, do seguinte modo: -----

35 •Ano de 2022: € 932.800,02 (novecentos e trinta e dois mil e oitocentos euros e dois cêntimos (IVA incluído); -----

- 5 •Ano de 2023: € 1.399.199,98 (um milhão, trezentos e noventa e nove mil, cento e noventa e nove euros e noventa e oito cêntimos (IVA incluído)). -----

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.28. -----

- 10 Votação: Aprovado por Maioria, com 46 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 02 do BE, 02 da CDU, 02 do CDS e 01 do PAN) e 02 abstenções (01 do IL e 01 do CH). -----

- 15 Ponto 4.29. da Ordem de Trabalhos a)“Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à autorização dos encargos plurianuais, relativos à Empreitada de Construção da Unidade de Saúde dos Carvalhos, em cumprimento do art.º 22.º do DL nº 197/99, de 08 de junho, ripristinado pela Resolução da AR 86/2011, de 11 de abril, do seguinte modo: -----

- Ano de 2022: € 294.520,07 (duzentos e noventa e quatro mil, quinhentos e vinte euros e sete cêntimos (IVA incluído); -----

- 20 •Ano de 2023: € 3.534.240,88 (três milhões, quinhentos e trinta e quatro mil, duzentos e quarenta euros e oitenta e oito cêntimos (IVA incluído); -----

- Ano de 2024: € 294.520,07 (duzentos e noventa e quatro mil, quinhentos e vinte euros e sete cêntimos (IVA incluído)). -----

- 25 Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.29. -----

Votação: Aprovado por Maioria, com 47 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 02 do BE, 02 da CDU, 02 do CDS, 01 do PAN e 01 do CH) e 01 abstenção do IL.-----

- 30 Ponto 4.30. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto ao Aditamento do terceiro Aditamento ao “Contrato de Concessão de Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros, explorado pela STCP – Recolha de Informação para Assinatura”. -----

5 **Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.30.** -----

Votação: Aprovado por Maioria, com 47 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 02 do BE, 02 da CDU, 02 do CDS, 01 do PAN e 01 do IL) e 01 abstenção do CH. -----

10

Ponto 4.31. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto ao Contrato de Subconcessão de Uso Privativo de Parcela de Terreno pertencente ao Domínio Público Rodoviário, sita sobre o Túnel da A44/IC23, na União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso, a Celebrar entre a Infraestruturas de Portugal, S.A. e o Município de Vila Nova de Gaia”. -----

15

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.31. -----

Votação: Aprovado por Unanimidade. -----

20 De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a minuta de ata que, após ter sido lida, foi **aprovada por Unanimidade**, conforme documento em anexo (Vide anexo nº13).-----

Nada mais havendo a tratar, foi a referida reunião dada por terminada, eram uma hora e cinquenta e oito minutos do dia vinte e dois de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, da qual foi lavrada a presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Primeiro Secretário da Mesa e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.-----

25

O Primeiro Secretário

30

(José Manuel de Almeida Couto)



5

O Presidente da Assembleia Municipal

(Albino Pinto de Almeida)